No lugar de terra, financiamento

CAMPO | O governo anuncia uma nova linha de crédito para os assentamentos, enquanto desacelera o ritmo de desapropriações

POR ANDRÉ BARROCAL

A COOPERATIVA de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran) é um assentamento de ex-sem-terra com 2 mil famílias em Arapongas, município de 104 mil habitantes no norte do Paraná. Na segunda-feira 4, será palco de uma dupla festa. Inaugura uma fábrica de laticínios, capaz de processar 90 mil litros de leite por dia, e recebe, pela primeira vez, a visita de um presidente da República.

A presença de Dilma Rousseff em Arapongas encerra uma história antiga. Em 2008, durante as negociações de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à fusão das telefônicas Brasil Telecom e Oi, o ex-presidente Lula solicitara à instituição que financiasse assentados. O pedido levaria o banco a apoiar a Copran e duas cooperativas em Santa Catarina. Também desencadearia discussões, a envolver diversos órgãos públicos, sobre como desenhar uma linha de financiamento só para ex-sem-terra.

Após cinco anos, ponto final. Em Arapongas, Dilma anuncia um inédito programa de estímulo às atividades agroindustriais de assentados, com 600 milhões de reais em recursos do Banco do Brasil e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além do BNDES. Com o programa, o governo espera que os assentamentos se sofistiquem, deem um salto além da autossubsistência e sobrevivam do comércio com cidades pequenas e médias, cujos mercados cresceram nos últimos anos.

O programa terá 600 milhões de reais do Incra, BNDES e Banco do Brasil. Deve beneficiar perto de cem cooperativas

MAURÍCIO LIMA/AFP

Que reforma? *Os sem-terra protestam, mas Brasília diz que o preço da terra e a Justiça dificultam as desapropriações*

No caso da Copran, por exemplo, a linha de lácteos (leite pasteurizado, iogurte, queijos, manteiga) será vendida sob a marca Campo Vivo em um raio de 150 quilômetros. Atenderá cidades como Maringá e Londrina. A renda das famílias, que varia de três a quatro salários mínimos, deve subir. "Com maior retorno, o assentado vai se empenhar mais, ter mais renda e qualidade de vida", diz a presidenta da cooperativa, Dirlete Dellazeri.

Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o novo financiamento deve beneficiar de 80 a 100 cooperativas. Para a entidade, faz falta um apoio financeiro específico para quem conquistou um pedaço de terra há pouco tempo. O mecanismo tradicional para produtores pequenos, o Pronaf, seria apropriado para camponeses mais antigos. "Com Fernando Henrique e no primeiro governo Lula, tinha o assentamento e depois é que se ia ver o que fazer. Há necessidade de desenvolver os assentamentos, mas o Pronaf não se adequou à realidade da família assentada", diz o coordenador de produção do MST, Milton Fornazieri, o Rascunho.

Planejar os rumos de um assentamento só após realizá-lo é algo que o governo vai evitar daqui para a frente. As desapropriações serão cada vez mais condicionadas a projetos prévios sobre a capacidade de o empreendimento gerar renda. Com as desapropriações em ritmo lento, o governo torce para que o novo crédito a assentados tenha o efeito de conter a pressão por reforma agrária. Em dois anos, Dilma assinou 80 desapropriações. No segundo mandato de Lula, a média anual foi de 127. No primeiro mandato foram 92.

Um dos motivos apontados pelo governo – a se somar à participação do agronegócio em sua base política e social – para o pequeno volume de desapropriações é o encarecimento da terra. De 2001 a 2011, o preço médio do hectare subiu de 443 reais para 1.967 reais, sem levar em conta a inflação. Com a inflação medida pelo IGP-DI, mais sensível ao dólar, o valor dobrou para 2.012 reais.

A alta foi particularmente grande depois da crise mundial de 2008. O mercado de commodities agrícolas tornou-se atraente para especuladores. Pesquisa de uma consultoria internacional em agronegócio, obtida pelo Incra, mostra uma valorização de 60% no custo médio da terra no Brasil nos últimos três anos. "Analisamos cada vez mais o que estamos dispostos a pagar. Temos de saber fazer escolhas. O Incra é o maior comprador de terras no Brasil, gasta 730 milhões de reais por ano, nenhuma empresa privada faz isso", diz Carlos Guedes de Guedes, presidente do instituto.

"O preço vem subindo no mundo todo desde 2008, tem havido aumento da especulação nos países do Sul. Mas isso é uma falácia no caso brasileiro", afirma o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Gerson Teixeira, ex-assessor do PT no Congresso que hoje vê desinteresse político no tema.

Para ele, o governo não é firme contra os estrangeiros, por exemplo. A atuação federal baseia-se em parecer de 2010 da Advocacia-Geral da União (AGU), que, sem mexer na legislação, buscou brechas para restringir os negócios de não brasileiros. Segundo Teixeira, a solução não inibe a especulação nem permite ter noção das porções de terra em mãos estrangeiras. O ideal seria o Congresso votar nova lei, como uma comissão de deputados debateu em 2011.

Outro modo de baratear a reforma agrária seria atacar a judicialização das desapropriações. A situação atual convida à guerra em tribunais. O governo decreta uma expropriação, mas quem a autoriza é o Judiciário. O latifundiário que contesta ganha 12% ao ano sobre o valor do imóvel, pelo tempo que durar o processo, a título de "juros compensatórios", uma indenização adicional ao preço que o Estado pagaria pela propriedade.

A compensação é uma tradição judicial sem previsão expressa em lei. Em 2001, em Medida Provisória que criminalizou movimentos sociais que lutam por reforma agrária, o ex-presidente Fernando Henrique tentou mexer no tema. E, embora tenha inserido na legislação a indenização extra, limitou-a à metade. Acionado contra a MP, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão parcial, restabeleceu os 12%. "A judicialização atrapalha muito, consome de 25% a 30% do nosso orçamento. Vamos corrigir distorções, é uma prioridade em 2013", diz Guedes.

Com a bancada ruralista forte no Congresso, como se viu na votação do novo Código Florestal, o governo tem poucas chances de reverter o jogo com uma nova lei. Por isso, uma saída pode ser o STF concluir o julgamento da ação sobre a MP de FHC, mas a partir de um recuo em relação à decisão parcial sobre os juros de até 6%. Hoje, dos 11 ministros do STF, só três estavam na Corte em 2001. ●